PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2015

(Do Sr. CABO SABINO e outros)

Institui o Fundo Nacional de Aprimoramento dos Serviços de Segurança Pública – FUNASESP e prevê aplicação de percentuais mínimos na área de segurança pública por parte dos entes da federação.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º A alínea ‘e’ do inciso VII do art. 34 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 34. ....
.....

VII – assegurar a observância dos seguintes princípios constitucionais:

.....

e) aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde e de segurança pública.”

Art. 2º O inciso III do art. 35 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 35. ....
.....

III – não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde e de segurança pública;

.....”

Art. 3º A Constituição Federal fica acrescida dos arts. 144-A, 144-B, 144-C e 144-D, com a seguinte redação:

“Art. 144-A. Fica instituído o Fundo Nacional de Aprimoramento dos Serviços de Segurança Pública – FUNASESP, a ser regulado por lei complementar, com o objetivo de viabilizar a melhoria dos serviços relacionados à Segurança Pública.

§ 1º O Fundo previsto neste artigo terá Conselho Consultivo e de Acompanhamento que conte com a participação de representantes da sociedade civil, da União, dos Estados e dos Municípios, nos termos da lei.

§ 2º A execução financeira dos recursos deste Fundo é procedida mediante a transferência de recursos aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

§ 3º Os recursos do Fundo serão efetivamente vinculados no exercício financeiro seguinte ao da aprovação da lei complementar prevista no caput deste artigo e no § 1º do art. 144-C.

Art. 144-B. Compõem o Fundo Nacional de Aprimoramento dos Serviços de Segurança Pública:

I – a parcela do produto da arrecadação do imposto de que trata o art. 153, IV, referente às indústrias produtoras de armamento e material bélico;

II – a parcela do produto da arrecadação do imposto de que trata o art. 155, II, referente às indústrias produtoras de armamento e material bélico;

III – a parcela correspondente ao imposto de que trata o art. 156, III, referente às empresas de segurança privada;

IV – dez por cento da arrecadação por qualquer ente federativo das compensações financeiras previstas no art. 20, § 1º;

V – cinquenta por cento dos valores arrecadados em decorrência do pagamento de fianças, oriundas de crime em geral;

VI – dotações orçamentárias consignadas a seu favor pelo Ministério da Justiça;

VII – doações, de qualquer natureza, de pessoas físicas ou jurídicas do País ou do exterior realizadas em seu favor;

VIII – 10% da receita bruta oriunda de crimes de corrupção recuperados pelos órgãos de fiscalização e controle.

IX- De 10 % do valor dos crimes tipificados na Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990.

X – outras receitas, a serem definidas na regulamentação do referido Fundo.

Parágrafo único. Aos recursos integrantes do Fundo de que trata este artigo não se aplica o disposto no art. 159, bem como qualquer desvinculação de recursos orçamentários.

Art. 144-C. Os recursos do Fundo Nacional de Aprimoramento dos Serviços de Segurança Pública destinam-se ao aparelhamento, pagamento de pessoal, capacitação e integração das forças de segurança pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º Os critérios de distribuição do Fundo serão determinados em lei complementar, que deverá levar em consideração o número de efetivo policial e os indicadores de violência de cada ente federado.

§ 2º Nos casos de emprego das Forças Armadas em apoio às questões de segurança pública ou em operações de garantia da lei e da ordem, haverá transferência de recursos para o Ministério da Defesa, conforme as necessidades apresentadas.

Art. 144-D. A União e os Municípios aplicarão, anualmente, nunca menos que cinco, e os Estados e o Distrito Federal dez por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento das ações e serviços de segurança pública.

§ 1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§ 2º As parcelas de impostos encaminhadas pela União, por Estado ou por Município ao Fundo Nacional de Aprimoramento dos Serviços de Segurança Pública em função do que dispõe o art. 144-B, incisos de I a III, deverão ser consideradas como receita aplicada pelo

ente transferidor para efeito do cálculo previsto neste artigo.”

Art. 4º O inciso IV do art. 167 da Constituição passa a vigorar com a seguinte redação:

“IV – a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino, para o Fundo Nacional de Aprimoramento dos Serviços de Segurança Pública, conforme art. 144-B, e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo;”

Art. 5º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua promulgação.

JUSTIFICAÇÃO

Nosso País vive hoje um momento desafiador na área de Segurança Pública. Segundo pesquisa do instituto Datafolha, realizada no ano passado (registrada na Justiça Eleitoral sob o número 00064/2014), Segurança Pública é a segunda maior preocupação do povo brasileiro, ficando atrás apenas de Saúde, mas à frente de temas como Corrupção, Educação e Desemprego.

Essa preocupação nada mais é que reflexo das altas taxas de criminalidade que assolam o Brasil. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2014, apenas no ano de 2013, mais de 53 mil pessoas foram assassinadas e mais de 50 mil sofreram crimes sexuais. Além desses índices, vale ainda citar o aumento descontrolado do narcotráfico, do crime organizado e dos delitos contra o patrimônio.

Nesse contexto, os gestores de Segurança Pública alegam a falta de recursos financeiros para combater a criminalidade de maneira eficiente. Atualmente, inexiste no Brasil um Fundo – de envergadura constitui-

onal – que seja específico para a Segurança Pública e que possa, entre outras medidas, promover a melhoria de recursos humanos, equipamentos e instalações físicas das forças policiais e instituições envolvidas na proteção dos cidadãos.

Sabe-se das tentativas do governo federal em auxiliar os demais entes da federação com a criação do Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP, instituído pela Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, criado pela Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007. No entanto, o FNSP e o PRONASCI vêm sofrendo de redução de investimentos, de contingenciamentos, além de baixa execução orçamentária.

Portanto, diante desse cenário, é urgente a necessidade de se estabelecer um Fundo constitucional para a Segurança Pública, e é essa lacuna que esta Proposta de Emenda à Constituição pretende preencher. A vinculação de recursos de impostos só pode ser feita mediante emenda constitucional, razão porque propomos aqui a criação do Fundo Nacional de Aprimoramento dos Serviços de Segurança Pública – FUNASESP.

A lógica da vinculação dos recursos está centrada nas parcelas de impostos que são arrecadadas com as indústrias produtoras de armas e de material bélico, que, em última análise, promovem a produção das armas, as quais, em grande parte, são as tributárias da violência.

Vincula-se, também, parcela de impostos arrecadados com a segurança privada, que, em certa medida, beneficia-se do aumento da violência. Por último, entende-se que parte relevante do pagamento de fianças deve ser direcionada para o FUNASESP, de tal forma que, além dos efeitos penais já sabidos, esses valores possam gerar melhora efetiva e permanente nos indicadores de segurança pública.

A presente PEC estabelece, ainda, a edição de Lei Complementar Federal que estipule normas gerais de repartição dos recursos do Fundo, tendo por critérios mínimos os indicadores de violência e o número de efetivo policial de cada ente da federação.

Em resumo, o que aqui está se propondo é muito semelhante ao que já existe para a área de educação: a existência de um fundo nacional e a determinação de aplicação de percentuais mínimos.

A existência de um fundo nacional, com a contribuição de todos os entes da federação para o seu financiamento, garante o acesso amplo ao serviço público e a utilização de critérios objetivos e eficientes para a alocação de recursos no setor. Da mesma forma, a aprovação de percentuais mínimos de aplicação na área de segurança pública, tal qual ocorre na área de educação, garante que os recursos arrecadados não serão alocados em despesas estrategicamente menos importantes, visto que, em certas situações, é comum a destinação de recursos para questões politicamente mais populares, como obras públicas e contratação de pessoal.

Assim, com base nos fundamentos acima transcritos, pede-se aos ilustres Pares para aprovar a presente proposição.

Sala das Sessões, em   de   de 2015.

Deputado **CABO SABINO**

2015-17768.doc